
Linguagem e gênero: a construção discursiva de identidades sociais

Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos.

HEBERLE, Viviane M.; OSTERMANN, Ana C.; FIGUEIREDO, Débora.

Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. 234 p.

Os estudos sobre linguagem e gênero social foram inaugurados na década de 1970 com a publicação de *Language and Woman's Place*.¹ Nesse livro, Robin Lakoff argumenta que as mulheres têm um estilo conversacional que privilegia a cooperação, a afiliação e a deferência entre as/os interagentes, o que as desempodera em interações com homens que primam pela competitividade e poder em sua forma de falar. Esse livro causou grande comoção na academia estadunidense. Houve os que o consideraram trivial e sem relevância empírica – mais uma manifestação da histeria feminista. No entanto, houve igualmente um grande interesse de acadêmicas/os que valorizaram (ou contestaram) os argumentos de Lakoff e lançaram o campo de estudos sobre linguagem e gênero. Desde então, pesquisadoras/es, em sua grande maioria do mundo anglo-saxão, têm elaborado estudos com a intenção de esclarecer como a linguagem relaciona-se com o gênero social. Esse campo de estudos já conta com publicações em periódicos internacionais, livros e até mesmo programas de graduação e pós-graduação dedicados à pesquisa sobre a construção discursiva do gênero.

No Brasil, a publicação de *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos* pode ser considerada o marco que, felizmente, pode atrair maior atenção da academia brasileira para os desafios apresentados por esse campo. Viviane Heberle (UFSC), Ana Cristina Ostermann (UNISINOS) e Débora de Carvalho Figueiredo (UNISUL) organizaram um livro instigante que reúne artigos

de várias/os estudiosas/os filiadas/os a instituições brasileiras que têm se preocupado com a construção discursiva de gênero social. Essas/es pesquisadoras/es compreendem gênero como “uma categoria socialmente construída” que é, assim “colocada num *continuum* que interage com outras variáveis sociais, tais como grau de instrução, etnia, posição religiosa, etc” (p. 9). As organizadoras afirmam que a “atualização ou operacionalização de gênero em suas relações com a linguagem não pode ser entendida como monolítica e universal” (p. 9) e, seguindo essa perspectiva, nos apresentam textos que exploram a complexidade das relações entre gênero e linguagem em uma plêiade de contextos socioculturais.

O livro nos presenteia com nove artigos distribuídos em três seções temáticas. As quatro pesquisas que constroem a primeira seção, intitulada “Gênero, interação e trabalho”, estruturam suas análises dos microdetalhes interacionais sobre preceitos da Análise da Conversa, da Sociolinguística Interacional e/ou da Pragmática.

Ana Cristina Ostermann inicia o bloco com uma perspicaz análise de detalhes microetnográficos de interações em duas organizações formadas por mulheres: uma delegacia de defesa da mulher (DDM) e um centro feminista de intervenção na violência contra a mulher (CIV-Mulher). Ao investigar os aspectos interacionais de 26 primeiros encontros de mulheres vítimas de violência com essas instituições, a autora observa que os estilos conversacionais das mulheres da DDM e do CIV-Mulher diferem grandemente. Na DDM, as policiais adotam uma forma de falar empoderada e não afiliativa, o que prejudica a preservação da *face* (imagem pública positiva)² das vítimas. No CIV-Mulher, as feministas, ao contrário, constroem interações mais igualitárias e cooperativas. Assim, Ostermann chama a atenção sobre diferenças “*intragênero*” (p. 16). Com seu estudo, a pesquisadora problematiza definições essencialistas sobre as formas de falar de mulheres, sugerindo que generalizações à la Lakoff não se sustentam na delegacia da mulher investigada. Segundo Ostermann, gênero não pode ser compreendido como molde para padrões interacionais. Os estilos conversacionais

devem ser entendidos como resultados de vários atravessamentos socioculturais (como classe, grau de instrução, orientação ideológica, etc.) provenientes das comunidades de práticas nas quais os indivíduos circulam.

Igualmente analisando variações *intragênero*, Maria do Carmo de Oliveira, Liliã Cabral Bastos e Elizabeth Barroso Lima investigam a construção discursiva da identidade empreendedora de uma imigrante portuguesa no Rio de Janeiro. Ao analisar as histórias de vida de sua entrevistada, as pesquisadoras põem sob escrutínio os tópicos conversacionais e as qualificações utilizadas pela imigrante para a construção de sua identidade como mulher de negócios bem-sucedida. Segundo as autoras, sua entrevistada mescla padrões de gênero em sua narrativa e “íntegra, em sua identidade feminina, competências e atributos tradicionalmente reconhecidos como típicos de homens empreendedores” (p. 53). Dessa forma, a fala da mulher empreendedora parece ser moldada por valores e comportamentos masculinos que agregam *status* a sua posição no mercado de trabalho.

No terceiro artigo desse bloco, Neiva Maria Jung mostra como aspectos simbólicos de interações em uma sala de aula de uma comunidade multilíngüe (alemão/português/brasileiro) paranaense evidenciam construções sociais produzidas em outras práticas situadas na comunidade. Jung observa, ao efetuar uma análise microetnográfica das interações na sala de aula investigada, que uma identidade feminina empoderada é construída na 1ª série. A professora dessa turma privilegia o acesso das meninas aos turnos de fala, dando a elas mais oportunidades ao letramento em português ali construído. A pesquisadora indica que o uso do português é visto como índice de sofisticação e urbanidade, sendo preferido pelas mulheres por lhes conferir *status* na comunidade. Os homens, por sua vez, como trabalhadores rurais, ainda mantêm o uso do alemão, índice de uma identidade local de colono. Com isso, Jung verifica que “a orientação atual das mulheres (+ letrado e – rural), associada a outros fatores sociais, constitui uma nova identidade de gênero nessa comunidade” (p. 87).

O último artigo do bloco investiga estratégias de manutenção do poder de uma ex-chefe em uma reunião empresarial com o novo chefe do departamento. Maria das Graças Dias Pereira analisa contextual e interacionalmente questões relacionadas à diretividade e à indiretividade em atos de comando utilizados pela ex-chefe.

Centrando sua atenção sobre como essa mulher formula pedidos, instruções e recomendações, Pereira observa que ela utiliza estratégias discursivas heterogêneas, mesclando indiretividade (associada ao estilo de fala feminino) e diretividade (tradicionalmente ligada ao estilo masculino) de acordo com seus objetivos interacionais. Quando a ex-chefe dirige-se ao atual chefe do departamento, ela emprega estratégias de domínio e tomada de turnos para deter o piso conversacional, permitindo ao seu atual chefe pouco acesso ao poder construído na reunião. Ao falar com os funcionários, a ex-chefe produz uma gradação dos atos de comando, mitigando seu poder. Assim, essa mulher constrói suas identidades de forma colaborativa e competitiva, integrando estilos conversacionais femininos e masculinos para a manutenção de seu *status*.

A segunda seção, “Gênero e mídia”, reúne textos que investigam a construção e a representação do gênero em discursos midiáticos. Os enfoques teórico-metodológicos centram-se na Análise Crítica do Discurso, no Socioconstrucionismo, na Linguística de *Corpus* e nos Estudos de Gêneros Textuais.

“Falta homem até pra homem”, por Luiz Paulo da Moita Lopes, é o primeiro texto desse bloco. Ao efetuar uma análise das escolhas multimodais de uma matéria publicada no jornal popular carioca *O Dia*, o autor demonstra como a ordem do discurso da mídia “constrói uma determinada compreensão da masculinidade hegemônica, fazendo circular certas verdades sobre o que é ser homem” (p. 139). O pesquisador observa que, para defender seus argumentos, a autora do texto jornalístico utiliza escolhas discursivas que tomam a masculinidade hegemônica como identidade *default*, considerada como ponto de partida para a descrição de outras identidades. Com isso, Moita Lopes indica que “a ordem do discurso da mídia [...] atua na construção de uma visão essencializada das identidades sociais (gênero e sexualidade), operando na direção contrária dos grandes questionamentos que estão sendo feitos sobre a homogeneidade das experiências humanas” (p. 149).

No segundo artigo desse bloco, Leandro Lemes do Prado e Désirée Motta-Roth investigam as relações interpessoais e a comodificação do sujeito em anúncios pessoais (AP) eletrônicos escritos por homens homoeróticos com o objetivo de encontrar parceiros. Autor e autora analisam 63 APs em língua inglesa e centram sua atenção nas escolhas léxico-gramaticais efetuadas pelos

anunciantes que revelam o que cada um procura. Em sua análise, Prado e Motta-Roth identificam deferentes perfis do grupo de anunciantes estudado. Os perfis verificados nos APs incluem os cautelosos, os misteriosos, os românticos explícitos, os românticos implícitos e os ousados. Autor e autora indicam que os APs analisados focalizam diferentes interesses afetivo-sexuais, produzindo relações interpessoais de compra e venda entre os anunciantes e os possíveis leitores.

Aleksandra Piasecka-Till, no último artigo desse bloco, problematiza a questão do sexismo e da linguagem politicamente correta em um estudo lexical que investiga o Bank of English do Colins Birmingham University International Language Database (COUILD).³ A autora põe sob escrutínio as escolhas lexicais registradas no *corpus* para produzir o conceito de politicamente correto. Com uma apurada busca computacional pelo COBUILD, Piasecka-Till verificou a ocorrência dos termos *sexism*, *politically correct* e *political correctness* na sociedade de língua inglesa. Com isso, pôde verificar que a mídia cria campos semânticos negativos para envolver o conceito de politicamente correto. A autora argumenta que, com a inclusão de tal conceito em uma esfera semântica negativa, a sociedade de língua inglesa menospreza seu valor e mascara agendas institucionais.

Finalmente, a terceira seção nos apresenta dois artigos que centram suas análises na construção social de gênero em contextos diversos: discursos públicos sobre a violência contra a mulher e bares que transmitem jogos de futebol ao vivo. Nos textos reunidos nessa seção são elaboradas análises com perspectivas da Análise Crítica do Discurso, dos Estudos Jurídicos Feministas e da Etnografia.

Analisando discursos jurídicos e midiáticos sobre estupro, Débora Figueiredo investiga como estupradores e suas vítimas são construídos/as. Figueiredo observa que “a construção discursiva [do estupro] [...] exerce uma forte influência na forma como a violência de gênero é vista, e como agressores e vítimas são tratados” (p. 202). A pesquisadora percebe que há uma grande preocupação com a sexualidade da mulher que é, nesse contexto, o traço central de sua identidade. Esses discursos trazem mitos produzidos pelo senso comum sobre a mulher que é representada pelas figuras de boa mãe, mulher casta, mulher promíscua. Os agressores, ao contrário, têm em sua sexualidade a desculpa para o crime, pois, para o sistema jurídico, o

estuprador nem sempre é responsável por seus atos, já que, como representante da masculinidade, suas necessidades sexuais devem ser supridas. Figueiredo afirma que os julgamentos de estupro são moldados por noções do senso comum sobre homens, mulheres e seus relacionamentos, transformando em ação social esses valores. Segundo a autora, esses discursos têm o poder de influenciar como as mulheres vêem sua sexualidade e posição social: são ordens discursivas baseadas em padrões enraizados em nossa sociedade patriarcal.

O cientista social Édison Gastaldo, no último capítulo da coletânea, investiga as lógicas simbólicas compartilhadas/construídas por homens que assistem a transmissões ao vivo de jogos de futebol em bares nas cercanias de Porto Alegre. O autor elabora uma investigação dos aspectos da sociabilidade desses homens durante o que denomina “relações jocosas futebolísticas”, isto é, interações em que a “sacanagem” dos torcedores de times adversários serve como palco para a construção da masculinidade. Gastaldo argumenta que a sociabilidade de homens nesses bares é um rico *locus* para a construção de sua masculinidade que é articulada em dois níveis: a) a performance de uma violência pretensa contra torcedores do time adversário e b) a repressão/desvalorização de comportamentos vistos como inapropriados a homens que participam do mundo do futebol.

Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos reúne pesquisas que contemplam uma multiplicidade de contextos nos quais gênero é construído pela linguagem. De uma delegacia de defesa da mulher a bares que transmitem jogos de futebol, a coletânea representa uma parcela das complexidades das relações entre gênero e linguagem. Fica, então, o desafio: investigar uma gama mais ampla de contextos socioculturais para que possamos construir inteligibilidades sobre essas relações. A obra é uma excelente fonte de inspiração para pesquisadoras/es de várias áreas. As organizadoras nos presenteiam com um livro instigante e desafiador. Ao reunir, em um só volume, vários artigos que lançam luz sobre a construção discursiva do gênero, o livro pode ser considerado o marco inaugural desse campo no Brasil.

Notas

¹ Robin LAKOFF, 1975.

² Erving GOFFMAN, 1955.

³ Uma coletânea de textos orais e escritos que documenta o uso do inglês moderno.

Referências bibliográficas

GOFFMAN, Erving. "On Face-Work: An Analysis of Ritual Elements in Social Interaction." *Psychiatry: Journal for the Study of Interpersonal Processes*, v. 18, 1955. p. 213-231.

LAKOFF, Robin. *Language and Women's Place*. New York: Harper and Row, 1975.

Rodrigo Borba ■
Universidade Federal do Rio de Janeiro